



CURSO

**Contratações Diretas (Dispensa e Inexigibilidade)
do Planejamento à Gestão Contratual: Teoria,
Legislação, Jurisprudência, Prática e Uso da IA
como Ferramenta de Apoio na Instrução
Processual.**

Contratações Diretas (Dispensa e Inexigibilidade) do Planejamento à Gestão Contratual: Teoria, Legislação, Jurisprudência, Prática e Uso da IA como Ferramenta de Apoio na Instrução Processual.

Apresentação

O curso foi desenhado para oferecer uma abordagem completa e prática sobre os processos de contratação direta, explorando a Dispensa e Inexigibilidade de Licitação sob a ótica da Lei nº 14.133/2021. O programa aborda desde o planejamento até a gestão contratual, incluindo as mais recentes inovações legislativas, jurisprudenciais e práticas aplicáveis às contratações diretas.

Trata-se de uma imersão que oferece ao participante o conhecimento necessário para atuar com segurança em todas as fases da contratação sem licitação, minimizando riscos e garantindo o cumprimento das obrigações legais.

Objetivos

- Capacitar os participantes para compreender e aplicar de forma eficiente a Dispensa e Inexigibilidade de Licitação conforme a Lei nº 14.133/2021;

- Proporcionar uma visão prática do planejamento e da execução das contratações diretas, garantindo o cumprimento dos princípios da administração pública;
- Atualizar os participantes sobre as inovações legislativas e jurisprudenciais, com enfoque na responsabilização dos agentes públicos e nos procedimentos de contratação direta;
- Promover a análise comparativa entre os regimes aplicáveis às contratações diretas sob a Lei das Estatais e no Sistema S.

Público-Alvo

- Gestores públicos, servidores e profissionais envolvidos nos processos de contratação direta em órgãos e entidades da Administração Pública;
- Pregoeiros, membros de comissões de licitação e agentes de contratação;
- Profissionais do setor jurídico que atuam com contratos administrativos;
- Auditores e controladores internos e externos;
- Empresas que participam de contratações com o poder público, especialmente em processos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Programa do Curso

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

- O dever de licitar;
- Contratação direta e suas distinções;
- Licitação dispensada;
- Dispensável;
- Inexigível.
- O planejamento como instrumento de realização do princípio da eficiência nas contratações sem licitação;

- É necessário elaborar ETP nas contratações diretas? Quando?
- É necessário elaborar TR nas contratações diretas? Quando?
- Incidência das INs 65/2021, 58/2022 e 81/2022 nas contratações diretas;
- Incidência da Lei Complementar nº 123/2006 nas contratações diretas (o tratamento diferenciado a MEs e EPPs).

ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS ÀS CONTRATAÇÕES DIRETAS

- Análise pormenorizada do art. 72 da Lei nº 14.133/2021;
- As inovações procedimentais na Lei nº 14.133/2021;
- Documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- Estimativa de despesa;
- Parecer jurídico: quando é necessário e quando pode ser dispensável?
- Pareceres técnicos que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- Razão da escolha do contratado;
- Justificativa de preço;
- Autorização da autoridade competente. É necessária a ratificação pela autoridade superior?
- Publicidade dos atos – divulgação em sítio eletrônico oficial e no PNCP;
- A dispensa eletrônica (IN 67/2021) – noções e obrigatoriedade;
- O Sistema de Registro de Preços e as contratações diretas.

A RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO POR CONTRATAÇÃO DIRETA INDEVIDA OCORRIDA COM DOLO, FRAUDE OU ERRO GROSSEIRO

- O conceito de erro grosso à luz da legislação e do TCU.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

- Inexigibilidade de licitação: natureza do rol das hipóteses de inexigibilidade de licitação;
- A inexigibilidade de licitação na Lei nº 14.133/2021;
- O novo rol de hipóteses do art. 74;
- Inexigibilidade pela exclusividade – como comprovar? A problemática expressão “ou outro documento idôneo”, contida no art. 74, I;
- Contratação de profissional do setor artístico – como contratar, questões polêmicas e regras específicas para a publicidade desses contratos;
- Serviço técnico com profissional ou empresa com notória especialização (como comprovar a notória especialização?);
- A (suposta) “abolição” da exigência de comprovação da singularidade do objeto;
- O credenciamento como procedimento auxiliar das contratações por inexigibilidade;
- As aquisições e locações imobiliárias no rol da inexigibilidade.

DISPENSA DE LICITAÇÃO

- Dispensa de licitação: natureza do rol das hipóteses de dispensa de licitação;
- A dispensa de licitação na Lei nº 14.133/2021;
- O novo rol de hipóteses do art. 75;
- Novos patamares para a dispensa em razão de valor;
- Fracionamento de despesas – como evitar? O exercício financeiro como parâmetro temporal de controle. O que são unidade gestora e objetos de mesma natureza?
- A necessidade de divulgação prévia de aviso em sítio eletrônico oficial. Como compreender e operacionalizar o art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021?
- Pagamento das dispensas por cartão de pagamento;
- Regras excepcionais para os serviços de manutenção de veículos;
- Dispensa emergencial: aumento do prazo máximo, mudanças no procedimento das contratações emergenciais, vedação de prorrogação e de recontratação da mesma empresa, emergência fabricada e apuração de responsabilidades no campo disciplinar;
- Dispensa em decorrência de licitações desertas e fracassadas: quais são as hipóteses e os requisitos?
- A contratação do remanescente contratual na Lei nº 14.133/2021.

ABORDAGEM PARALELA E COMPARATIVA DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS NA LEI DAS ESTATAIS (LEI N° 13.303/2016) E NO ÂMBITO DOS REGULAMENTOS DAS ENTIDADES DO SISTEMA S

ELEMENTOS DA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- Contrato e instrumento contratual. Distinções;
- Regime Jurídico das Contratações Administrativas;
- Tipos de Contrato:
- Aquisição;
- Prestação de serviços (continuados, de terceirização);
- Obras.
- Cláusulas obrigatórias;
- Hipóteses de Prorrogação;
- Prerrogativas da Administração;
- Formalização;
- Quando é possível substituir o instrumento de contrato por outros instrumentos, como a nota empenho?
- Aditamentos e apostilamentos;
- Contrato verbal com a Administração – nulidade e consequências;
- Termo de Ajuste de Contas e Reconhecimento de Dívida;
- Hipóteses de Rescisão;
- Equilíbrio Econômico-Financeiro: Reajuste, Repactuação, Revisão e institutos afins;
- Noções de gestão e fiscalização;
- Fiscalização administrativa, técnica e setorial;
- Necessidade de designação formal;
- Fiscal pode participar da etapa de planejamento – segregação de funções;
- Fiscal substituto;
- Ocupante de cargo em comissão pode ser fiscal?
- Servidor pode se recusar a ser fiscal?
- Infrações e Sanções Administrativas – Inovações da Lei n° 14.133/2021;
- Vinculação estrita entre infrações e sanções;
- Melhor tipificação das infrações;
- Reabilitação;
- Responsabilidades da Fiscalização à luz da Jurisprudência do TCU.

ATIVIDADES PRÁTICAS DE FIXAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS CONTEÚDOS

- Resolução de casos concretos extraídos do dia a dia dos gestores públicos.

Professor

Rafael Pacheco



Especialista em Licitações e Contratos Públicos, com ampla experiência como servidor efetivo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) desde 2005, onde atua como Assessor da Secretaria-Geral, Coordenador de Licitações Sustentáveis e Coordenador do Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Boas Práticas em Licitações e Contratos (GELIC). Liderança em gestão pública, tendo ocupado cargos como Diretor de Licitações e Contratos, Gerente de Licitações e Contratos, Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação no MPRJ.

Instrutor e palestrante experiente, com atuação em várias instituições privadas especializadas em cursos para o setor público, ministrando cursos sobre temas como Licitações e Contratos, sistema de registro de preços, elaboração de termos de referência, contratações sustentáveis e aplicação de sanções. Professor de Direito Constitucional na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), com foco na formação e capacitação de profissionais para a gestão pública.

Locais, Datas e Investimento:

Presencial:

- **Recife – PE: 01 A 03/07/26**
 - **Carga Horária:** 21h
 - **Local:** Radisson Hotel Recife - Av. Boa Viagem, 1906 - Boa Viagem, Recife - PE, 51011-000
 - **Investimento:** R\$ 3.990,00
 - **Incluso:** apostila impressa e material de apoio (pasta, caneta, bloco de notas), coffee-break, almoço, certificado.
- **Foz do Iguaçu – PR: 25 A 27/11/26**
 - **Carga Horária:** 21h
 - **Local:** Wyndham Golden Foz Suítes - Rua Rui Barbosa, 394 - Centro - Foz do Iguaçu - PR 85.851-170
 - **Investimento:** R\$ 3.990,00
 - **Incluso:** apostila impressa e material de apoio (pasta, caneta, bloco de notas), coffee-break, almoço, certificado.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. **As informações deste documento como investimento, data, horário ou local do curso podem sofrer atualizações.** Recomendamos que faça sua reserva de inscrição para receber informações atualizadas do curso.
2. **Compra de passagem aérea ou reserva de hospedagem:** sugerimos que sejam feitas somente após a formalização da confirmação do evento por e-mail, que geralmente é feito com 30 dias que antecedem o curso.
3. A Consultre reserva-se o direito de cancelar o evento em caso fortuito, de força maior, ou por falta de quórum (neste último caso, com mínimo de 10 dias da data do curso).

Dados da Consultre

***Estamos cadastrados no SICAFI.**

Certidões: <http://www.consultre.com.br/certidoes>

Razão Social: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.

CNPJ: 36.003.671/0001-53 - **Insc. Estadual:** Isento - **Insc. Municipal:** 24.687-0

Endereço: Av. Champagnat, 645, Ed. Palmares, Sl.301 - Centro - Vila Velha – ES – Cep. 29.100-011

Telefone: (27) 3340-0122 - **WhatsApp:** (27) 9 8179-1115

E-mail: consultre@consultre.com.br - **Site:** www.consultre.com.br

Dados para pagamento

O pagamento poderá ser efetuado por meio de depósito, DOC ou ordem bancária na seguinte conta:

Banco: Banco do Brasil - **Agência:** 1240-8 - **Conta Corrente:** 105.895-9

Favorecido: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

CNPJ: 36.003.671/0001-53),

Sobre a Consultre

Há mais de 30 anos no mercado, a Consultre é referência nacional em cursos para a Administração Pública. Saiba mais em

<https://www.consultre.com.br/nossa-historia/>

A CONSULTRE EM NÚMEROS

34

+132000

+8000

Anos de credibilidade

Pessoas capacitadas

Cursos e seminários realizados